

Maio de 58

António Torrado

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.incm.pt

www.facebook.com/INCM.Livros

editorial.apoiocliente@incm.pt

© *Sociedade Portuguesa de Autores*
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Título: Maio de 58

Autor: António Torrado

Conceção gráfica: INCM

Capa: Silvadesigners

Revisão do texto: INCM

Tiragem: 500 exemplares

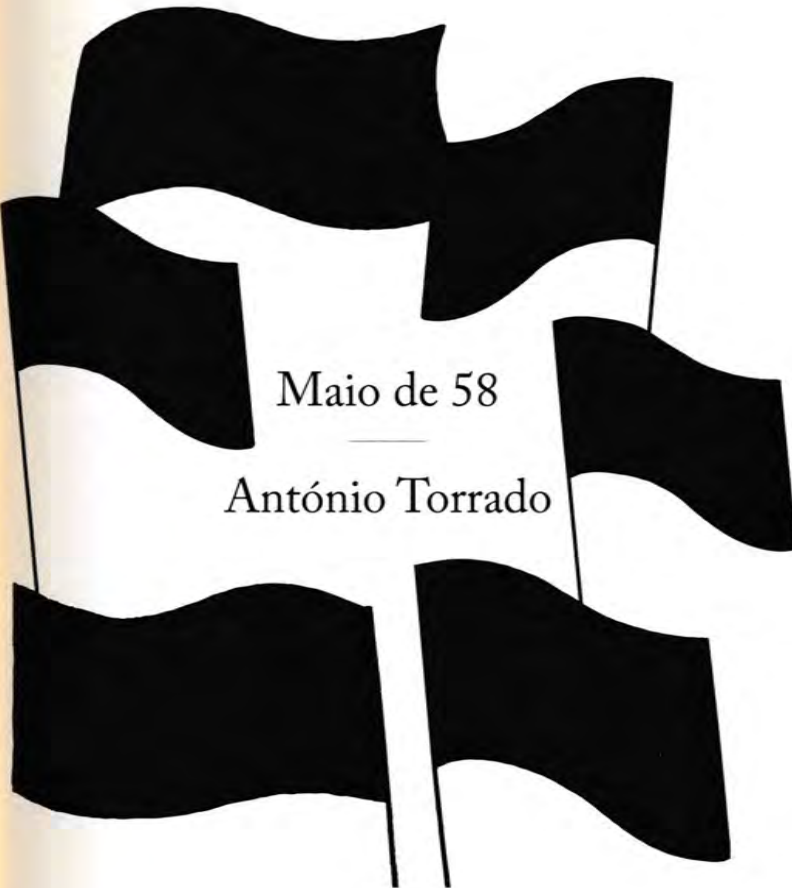
1.ª edição: abril de 2015

ISBN: 978-972-27-2358-9

Depósito legal: 387 535/15

Edição n.º 1020431

Coedição Sociedade Portuguesa de Autores/Imprensa Nacional-Casa da Moeda



Maio de 58

António Torrado

NOTA PRÉVIA

Tenho por hábito não sistemático só publicar uma peça depois de tê-la visto/experimentado sob as luzes da cena. Teatro é para ver e ouvir. Bem nos bastou, por tempos não muito longínquos, sofrer o cancelamento de espetáculos, à beira da estreia, por ordem da policial Censura, a mesma que, às vezes, mais condescendente se mostrava quando a obra dramática era divulgada em livro. Assim, a diligente instituição, monumento e suporte do regime salazarista, se revelava não tão boçal como a caricaturavam, visto que percebia até que ponto a simultaneidade de intervenção de um bando de títeres, em corpo inteiro e vivo, sintonizado com um público ávido, concentrava um potencial de explosão incomparavelmente maior do que a leitura individual.

Ninguém duvidará que as consequências de tão nefasto processo de ocultação e desvio das produções dramáticas foram irreparáveis. Dir-se-ia que as chamadas inquisitoriais a que foi condenado o dramaturgo António José da Silva ainda ameaçavam, duzentos ou mais anos depois, quem se atrevesse a denunciá-las.

A paisagem era de terra queimada sob a forma de uma escrita teatral ora elíptica e simbólica ora desgarrada e prolixa, pois partia-se do princípio de que a peça muito provavelmente nunca seria exposta à apreciação de uma plateia. E não se enganavam os que tal

supunham... Acrescentemos ao número das vítimas os autores que nem sequer arriscaram contribuir para a atualização e inovação do panorama teatral português, já que desilusões tinham que chegassem e sobrassem. A fechar o cômputo dos prejudicados pela suspicácia dos coronéis censores, juntemos-lhes gerações e gerações de espectadores apaixonados pelas artes cénicas, que não puderam dar livre curso à sua paixão por se terem visto arredados da evolução do espetáculo teatral no mundo, durante grande parte do século passado. Paixões frustrantes e desoladoras estas!

Com alívio sabemos que, hoje, o panorama é outro. Contudo, tendo em vista o encarecimento e esclarecimento das novas gerações, só vejo vantagens em subtrair ao tempo umas tantas folhas para que se possa oferecer ao presente o que no passado se forjou.

Maió de 58 é uma peça histórica. O título o diz, atraindo o candidato a leitor que julgará que a alusão ao maio francês de 1968 não terá sido inocente. E não foi mesmo! Uma peça histórica como esta pode muito facilmente cair no anacronismo, precipício a que mais cedo do que tarde estará irremediavelmente condenada, à medida que a distância entre a paisagem humana com a sua respetiva moldura histórica se for afastando de nós ou nós dela. Até lá, algumas referências já parecerão para muitos leitores adultos, menos frequentadores da história recente do nosso país e do mundo, um tanto enigmáticas. Ainda pensei em incluir no livro alguns esclarecimentos, sob a forma de notas de rodapé, que compatibilizassem trechos e situações da peça com a factualidade histórica correspondente,

caso, por exemplo, da personagem Férenc, sobrevivente da revolta antissoviética de Budapeste de 1956, ou da inesperada rebeldia da personagem Padre Luís, sinalizando os primeiros afloramentos críticos da hierarquia da Igreja Católica, protagonizados pelo bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Admito que, se tomasse esta opção, facilitaria a leitura, mas nada adiantaria à desejável passagem da peça a espetáculo. Ora, como acentuei no início desta já longa justificação, teatro é para ver e ouvir. O registo escrito, apenas uma aproximação e o livro, um recurso, uma ainda assim acessível modalidade de divulgação. Só em espetáculo o texto dramático alcança todos os seus objetivos.

Neste particular, os atuais constrangimentos financeiros, que limitam ou proíbem o acesso aos palcos de peças com um elenco de nove atores e mais uns tantos figurantes, não abrem hipótese a que possamos ver, no desafogo de um palco, com todos os aviamentos correspondentes, este *Maio de 58*.

Lamenta-se o facto que anuncia tempos ainda mais difíceis para o teatro português e estranha-se que, embora distanciadas no tempo, acabem por convergir nas consequências duas épocas — a que era comandada pela Censura abominável e a que é ditada por uma política cultural insignificante. Dá que pensar.

ANTÓNIO TORRADO